

PORTARIA Nº 816, DE DEZEMBRO DE 2006.

DISCIPLINA A ENTRADA, O TRÂNSITO E O COMÉRCIO DE MUDAS, FRUTOS, PARTES DE PLANTA DA BANANEIRA, PLANTAS DE HELICÔNIA, CAIXARIAS E MATERIAL DE PROTEÇÃO UTILIZADO NO ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, incisos I e X, do Regulamento baixado pelo Decreto nº 43.415, de 04 de julho de 2003,

considerando a importância sócio-econômica da bananicultura que se expande de forma expressiva em várias regiões do Estado;

considerando que o Moko da Bananeira (*Ralstonia solanacearum* raça 2) e a Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis* Morelet em seu estágio perfeito, ou *Paracercospora fijiensis* Morelet Deighton em seu estágio imperfeito), conforme consta no processo 21000.002529/98-24, poderão ocasionar significativos prejuízos à bananicultura do Estado;

considerando o que estabelecem as Instruções Normativas nº 6, de 13 de março de 2000, nº 11, de 27 de março de 2000 e nº 17, de 31 de maio de 2005, do Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

considerando o que estabelece a Lei Estadual de Defesa Sanitária Vegetal nº 15.697, de 25 de julho de 2005;

considerando, ainda, que a folha da bananeira, caixas e material utilizado no acondicionamento, embalagem e transporte de frutos são meios eficientes de disseminação de pragas;

considerando, finalmente, o que determina o artigo 36 do Decreto Federal nº 24.114, de 12 de abril de 1934,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam proibidos a entrada, o comércio e o trânsito no Estado de Minas Gerais de cargas de banana, todas e quaisquer cargas mistas contendo banana, materiais propagativos ou partes da bananeira e de plantas do gênero *Helicônia*, inclusive caixas vazias utilizadas no transporte de banana, material de proteção e de acondicionamento, provenientes de Unidade da Federação onde foi constatada a ocorrência de Sigatoka Negra ou Moko da Bananeira.

§ 1º – A proibição estabelecida neste artigo não se aplica a frutos, materiais propagativos de bananeiras e plantas do gênero *Heliconia* produzidos em Unidade da Federação ou em área livre de Sigatoka Negra reconhecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e sem constatação do Moko da Bananeira, desde que:

a) a carga esteja lacrada e acompanhada de Permissão de Trânsito de Vegetal fundamentada no Certificado Fitossanitário de Origem;

- b) conste na declaração adicional da Permissão de Trânsito:
- c) a condição de a carga ser proveniente de área livre da Sigatoka Negra e sem constatação do Moko da bananeira;
- d) o número do lacre.

§ 2º – A proibição estabelecida neste artigo não se aplica a frutos e materiais propagativos de bananeiras e plantas do gênero *Heliconia* originados de unidades de produção de outros Estados e do Estado de Minas Gerais, que adotam o Sistema de Mitigação de Risco - SMR para Sigatoka Negra e sem constatação do Moko da Bananeira, desde que:

- a carga esteja acompanhada de Permissão de Trânsito de Vegetal – PTV fundamentada no Certificado Fitossanitário de Origem, constando na declaração adicional da PTV que a partida é originária de unidade de produção onde foi implantado o Sistema de Mitigação de Risco para Sigatoka Negra e sem constatação do Moko da Bananeira.

Art. 2º- Frutos de bananeira produzidos em Minas Gerais fora das áreas livres e das unidades de produção onde se aplica o Sistema de Mitigação de Risco para a Sigatoka Negra somente poderão ser comercializados em municípios mineiros localizados fora das áreas livres, acompanhados de Permissão de Trânsito Vegetal fundamentada em Certificado Fitossanitário de Origem.

Art. 3º - Ficam proibidos a entrada e o trânsito em território mineiro de folhas de bananeira, folhas de *Helicônia* ou outras partes destas plantas como material de proteção ou acondicionamento de quaisquer cargas.

Art. 4º - Ficam permitidos a entrada e o trânsito em território mineiro de caixas plásticas novas vazias, “kits” novos de madeira e de papelão para montagem de caixarias, nos municípios do Estado de Minas Gerais produtores de banana, sendo obrigatória a apresentação da respectiva nota fiscal de aquisição da mercadoria.

Art. 5º- Ficam permitidos a entrada e o trânsito em território mineiro de caixas plásticas usadas vazias, acompanhadas de atestado de desinfestação emitido por prestador de serviço registrado no órgão competente do Estado de Origem.

§ 1º - deverá constar no atestado de desinfestação: nome do prestador de serviço, número de caixas desinfestadas, produto utilizado, dosagem, placa do caminhão, assinatura, carimbo do emitente e prazo de validade compatível com o percurso.

§ 2º – O prestador de serviço fica obrigado a manter no local de desinfestação das caixas livro próprio para controle, devendo conter no mesmo: número da nota fiscal de compra do produto desinfestante, dosagem usada, data do tratamento e assinatura do Responsável Técnico.

§ 3º – A não apresentação do atestado previsto no caput deste artigo, implica em autuação ao proprietário do veículo e retorno para desinfestação da carga.

Art. 6º- Ficam proibidos o transporte, o trânsito de caixas plásticas vazias sem o atestado de desinfestação e caixas usadas de madeira:

- a) nas áreas livres de Sigatoka Negra;
- b) nas unidades de produção onde se aplica o Sistema de Mitigação de Risco para a Sigatoka Negra e
- c). nas áreas onde comprovadamente não ocorre a Sigatoka Negra.

Art. 7º- Ficam proibidos o transporte, o trânsito e o comércio de banana em caixa usada de madeira:

- a) nas áreas livres de Sigatoka Negra;
- b) nas unidades de produção onde se aplica o Sistema de Mitigação de Risco para Sigatoka Negra e
- c) nas áreas onde comprovadamente não ocorre a Sigatoka Negra.

Art. 8º- Ficam proibidos a entrada e o trânsito de caixas vazias de madeira utilizadas no transporte de banana juntamente com outras caixas, bem como a sua utilização para o transporte de quaisquer outros vegetais.

Parágrafo único – Esta proibição não se aplica ao trânsito interno nas áreas onde foi constatada a ocorrência da Sigatoka Negra.

Art. 9º - O descumprimento do disposto nesta Portaria implica em apreensão e destruição das mudas, frutos e partes da planta de bananeira, plantas de Helicônia bem como a totalidade da carga no caso previsto no artigo primeiro e os materiais de acondicionamento previstos nos artigos terceiro, quarto, sétimo e oitavo desta Portaria, não assistindo aos infratores direito a indenização ou ressarcimento de eventuais prejuízos, nos termos do artigo 3º, inciso XXV e artigo 64 do Regulamento baixado pelo Decreto Estadual nº 43.415, de 04 de julho de 2003, além de multa e demais sanções previstas no artigo 11 da Lei Estadual de Defesa Sanitária Vegetal nº 15.697, de 25 de julho de 2005.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário, especialmente as Portarias nº 728, de 06 de outubro de 2005, e 762, de 27 de março de 2006.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2006.

Altino Rodrigues Neto
Diretor-Geral